POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
MARCUS VINICIUS BARBOSA ADVOGADOS

Versão 1.0, aprovada em 1º.11.2026

I. OBJETO E ABRANGÊNCIA

1.1. Esta Política explica como Marcus Vinicius Barbosa Advogados ("Escritório" ou "MVB") trata dados pessoais em suas atividades e informa os direitos dos titulares e os meios para exercê-los. O Escritório está localizado na Rua México, 168, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-143, e pode ser contatado pelo e-mail contato@mvblaw.com.br e pelo telefone +55 21 3982-6360.

1.2. A Política abrange o site institucional e as relações com clientes, potenciais clientes, representantes de pessoas jurídicas, profissionais, fornecedores e demais pessoas cujos dados sejam necessários à prestação de serviços jurídicos ou à administração do Escritório. Aplica-se a informações em meio físico e digital.

1.3. O encarregado pelo tratamento de dados pessoais é Marcus Vinicius Barbosa. Solicitações sobre privacidade podem ser encaminhadas a contato@mvblaw.com.br, aos cuidados do encarregado.

II. LEGISLAÇÃO E CONCEITOS

2.1. Esta Política observa a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, "LGPD"), a Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), o Código de Ética e Disciplina da OAB e a regulamentação da Agência Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

2.2. Dados pessoais são informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável. Titular é a pessoa a quem os dados se referem. Tratamento compreende operações como coleta, consulta, utilização, armazenamento, compartilhamento e eliminação.

2.3. Dados pessoais sensíveis são os relativos à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde ou vida sexual, e os dados genéticos ou biométricos vinculados a uma pessoa natural.

2.4. Controlador é aquele a quem competem as decisões sobre o tratamento, e operador, aquele que o realiza em nome do controlador. O encarregado é a pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a ANPD.

III. PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES

3.1. O tratamento observa a boa-fé e os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, além da responsabilização e prestação de contas. São utilizados apenas os dados pertinentes e proporcionais à finalidade de cada atividade.

3.2. Conforme a atividade efetivamente realizada, o MVB atua como controlador nas operações cujas finalidades e elementos essenciais determina. Quando atua como operador, segue as instruções lícitas do controlador e as obrigações legais e contratuais aplicáveis.

IV. DADOS TRATADOS, FONTES E FINALIDADES

4.1. Contato e relacionamento. Nome, e-mail, telefone, organização, cargo e informações fornecidas em mensagens são tratados para responder solicitações, avaliar demandas, verificar conflitos de interesses, preparar propostas e organizar o relacionamento profissional.

4.2. Serviços jurídicos. Conforme o assunto, são necessários dados de identificação, profissionais, contratuais, patrimoniais, financeiros e processuais, além de documentos, comunicações e provas. O tratamento destina-se à assessoria, à elaboração de pareceres, à negociação e revisão de contratos, à representação em

processos judiciais, administrativos e arbitrais e a outras formas de solução de controvérsias, e pode abranger dados de representantes, empregados, contrapartes, testemunhas e outros terceiros relacionados ao caso.

4.3. Administração e obrigações profissionais. Dados cadastrais, fiscais, bancários e de representação são tratados para formalizar contratações e procurações, faturar, efetuar ou receber pagamentos, manter registros contábeis e cumprir obrigações legais e regulatórias.

4.4. Sócios, colaboradores e fornecedores. Dados profissionais, de contato e de pagamento são utilizados na contratação e na gestão das relações societárias, de trabalho e de prestação de serviços. Currículos recebidos são conservados para oportunidades futuras apenas com o consentimento do interessado, pelo período informado na ocasião.

4.5. Comunicações institucionais. Quando houver inscrição para receber publicações, informativos ou convites, são utilizados os dados necessários ao envio, com possibilidade de cancelamento gratuito a qualquer tempo. O contato inicial e a contratação de serviços não implicam inscrição nessas comunicações.

4.6. Origem dos dados. As informações são fornecidas pelo titular, por clientes ou seus representantes, por profissionais envolvidos no caso, ou obtidas em processos, registros públicos e outras fontes acessadas licitamente. Informações públicas são tratadas em atenção à finalidade, à boa-fé e ao interesse público que justificaram sua disponibilização (art. 7º, § 3º, da LGPD), observadas as restrições de acesso aplicáveis. Dados técnicos de navegação são tratados na forma da Seção IX.

V. BASES LEGAIS

5.1. Contratação e providências preliminares. Quando o titular é parte do contrato, os dados necessários à sua execução ou a providências preliminares por ele solicitadas são tratados com fundamento no art. 7º, V, da LGPD.

5.2. Obrigações legais e exercício de direitos. O cumprimento de deveres legais ou regulatórios, inclusive profissionais, fiscais e trabalhistas, funda-se no art. 7º, II. A atuação em processos e a conservação de dados necessários ao exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais fundam-se no art. 7º, VI.

5.3. Legítimo interesse. O relacionamento com representantes de pessoas jurídicas, a verificação de conflitos de interesses e as atividades de segurança apoiam-se no art. 7º, IX, e no art. 10, conforme o caso, após avaliação da finalidade, da necessidade, das expectativas razoáveis do titular, dos impactos e das salvaguardas cabíveis.

5.4. Consentimento. Quando adotado, inclusive para as comunicações facultativas descritas na Seção IV, o consentimento é solicitado de forma livre, informada, inequívoca e vinculada a finalidades determinadas, e pode ser revogado por procedimento gratuito e facilitado. O acesso ao site e a leitura desta Política não constituem consentimento.

5.5. Dados sensíveis. Seu tratamento limita-se ao necessário à matéria e depende de hipótese específica do art. 11 da LGPD, como o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processos, ou consentimento específico e destacado, quando cabível.

5.6. Crianças e adolescentes. O site não é dirigido a esse público. Quando dados de crianças ou adolescentes são necessários a uma atividade jurídica, o tratamento respeita seu melhor interesse, a base legal pertinente e as exigências específicas da legislação.

VI. SIGILO PROFISSIONAL

6.1. O tratamento de dados na atividade jurídica respeita o sigilo profissional, as prerrogativas da advocacia, os deveres éticos e as restrições de acesso aplicáveis a cada assunto. Esses deveres subsistem após o encerramento da relação profissional.

6.2. Esta Política não autoriza a divulgação de informações confidenciais, a identificação pública de clientes ou a publicação de documentos e resultados de casos. Divulgações institucionais dependem de análise prévia de sua licitude e de sua adequação às normas profissionais, com as autorizações necessárias.

VII. COMPARTILHAMENTO E TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

7.1. Os dados são acessados pelos profissionais do Escritório e compartilhados, na medida necessária à finalidade e com base legal adequada, com parceiros envolvidos no trabalho, como correspondentes, outros advogados, pareceristas, peritos e consultores.

7.2. Há compartilhamento com prestadores de tecnologia, inclusive de ferramentas de inteligência artificial, e de hospedagem, comunicação, armazenamento, contabilidade e outros serviços de apoio, conforme as contratações existentes. O acesso é limitado ao necessário e acompanhado de obrigações de confidencialidade, segurança e proteção de dados compatíveis com a atividade.

7.3. Dados também são apresentados a tribunais, órgãos públicos, agências reguladoras, tribunais de contas, instituições arbitrais, mediadores e demais participantes de procedimentos ou negociações, quando necessários à atuação profissional. Requisições de autoridades são avaliadas quanto à exigibilidade e ao alcance, preservados o sigilo e as prerrogativas profissionais.

7.4. O Escritório não comercializa dados pessoais. O compartilhamento não autoriza o destinatário a utilizá-los para finalidades incompatíveis com aquelas que o justificaram.

7.5. Serviços tecnológicos e trabalhos com elementos internacionais podem envolver tratamento de dados fora do Brasil. Nessas situações, o Escritório verifica, além da base legal do tratamento, a existência de mecanismo válido de transferência

internacional previsto na LGPD e na regulamentação da ANPD, como decisão de adequação ou cláusulas-padrão contratuais.

7.6. Quando exigido pela regulamentação, as informações específicas sobre transferências internacionais são disponibilizadas em destaque nesta página ou em aviso complementar de fácil acesso. O titular pode solicitar ao encarregado as informações e os instrumentos contratuais a que tenha direito, observados os limites legais e os segredos comercial e industrial.

VIII. SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO

8.1. O Escritório adota medidas técnicas e administrativas proporcionais à natureza dos dados e aos riscos de cada atividade. O acesso observa a necessidade profissional, com deveres de confidencialidade e orientação dos envolvidos no tratamento.

8.2. Os incidentes de segurança são avaliados para contenção, mitigação e adoção das providências cabíveis. Quando o incidente puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares, as comunicações à ANPD e aos titulares observam os requisitos e prazos legais e regulamentares.

8.3. A conservação dos dados depende da finalidade, da duração do serviço ou da relação profissional, dos prazos de guarda legalmente exigidos, dos processos em curso e da necessidade de preservar informações para o exercício regular de direitos. O encerramento do contrato não determina, por si só, a eliminação dos registros, cuja guarda é mantida apenas enquanto houver fundamento.

8.4. Quando os dados deixam de ser necessários e não há fundamento para sua conservação, são eliminados ou anonimizados nos ambientes sob controle do Escritório, observados os limites técnicos e as hipóteses legais. O titular pode solicitar informações sobre os critérios de retenção aplicáveis ao seu caso.

IX. SITE, FORMULÁRIO E COOKIES

9.1. No formulário de contato, os dados solicitados e o conteúdo da mensagem destinam-se à análise e à resposta da solicitação. Recomenda-se encaminhar apenas o necessário ao contato inicial, sem documentos extensos ou dados sensíveis antes de orientação do Escritório. O envio da mensagem não representa aceitação do patrocínio nem celebração de contrato.

9.2. O acesso ao site gera registros técnicos, como endereço IP, data e hora, navegador e recurso acessado, conforme a infraestrutura utilizada. Esses registros são tratados apenas para a operação e a segurança do site, com base legal pertinente.

9.3. Cookies são arquivos associados à navegação que viabilizam funcionalidades do site ou a medição de sua audiência. As tecnologias efetivamente utilizadas, suas finalidades, seus fornecedores e sua duração estão descritos no aviso de cookies do site.

9.4. Cookies estritamente necessários restringem-se à sua finalidade técnica. Cookies não necessários, como os de medição de audiência, só são ativados com o consentimento prévio do visitante, que pode recusá-los ou rever suas preferências a qualquer momento pelo aviso de cookies. A simples continuidade da navegação não é considerada aceitação. As configurações do navegador oferecem controles adicionais.

9.5. Páginas externas acessadas por links possuem condições próprias de privacidade. A inclusão de um link não torna o MVB responsável pelo tratamento de dados realizado nessas páginas.

X. DIREITOS DOS TITULARES

10.1. Nos termos da LGPD e observadas as condições de cada direito, o titular pode solicitar:

(a) confirmação da existência de tratamento e acesso aos seus dados;

(b) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

(c) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;

(d) portabilidade a outro fornecedor, mediante requisição expressa, conforme a regulamentação e resguardados os segredos comercial e industrial;

(e) eliminação dos dados tratados com consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;

(f) informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais seus dados foram compartilhados;

(g) informações sobre a possibilidade de não consentir e as consequências da negativa;

(h) revogação do consentimento;

(i) oposição a tratamento baseado em hipótese de dispensa de consentimento, quando houver descumprimento da LGPD;

(j) revisão de decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado que afete seus interesses, quando houver, e informações sobre os critérios e procedimentos utilizados, nos limites do art. 20 da LGPD.

10.2. O titular também pode peticionar perante a ANPD (gov.br/anpd) e recorrer aos demais meios administrativos e judiciais cabíveis.

XI. ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES

11.1. As solicitações podem ser apresentadas gratuitamente ao canal do encarregado, pelo titular ou por representante legitimado. Para proteger os dados e evitar divulgação indevida, pode ser necessário confirmar a identidade ou os poderes de representação, com informações proporcionais à solicitação.

11.2. A confirmação da existência de tratamento e o acesso são providenciados em formato simplificado, imediatamente, ou por declaração clara e completa em até quinze dias contados da data do requerimento, na forma do art. 19 da LGPD,

ressalvados prazos diferenciados legalmente aplicáveis. As demais solicitações observam os prazos legais e regulamentares. Quando não for possível adotar imediatamente a providência, o Escritório apresenta resposta fundamentada, indicando as razões e, quando cabível, as medidas necessárias à conclusão do atendimento.

11.3. A resposta observa os direitos do requerente, o sigilo profissional, os dados de terceiros, os segredos comercial e industrial e as obrigações de conservação. Limitações e impedimentos são explicados ao titular, com atendimento parcial quando possível.

11.4. Quando a solicitação diz respeito a tratamento em que o MVB atua como operador, o Escritório informa essa condição e auxilia no encaminhamento ao controlador competente, sem prejuízo de suas próprias obrigações.

11.5. Quando realizar correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados que tenha compartilhado, o MVB comunica a providência aos agentes de tratamento que os receberam, para que adotem procedimento correspondente, ressalvadas as hipóteses de comprovada impossibilidade ou esforço desproporcional, nos termos da LGPD.

XII. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

12.1. O encarregado do Escritório é Marcus Vinicius Barbosa, responsável pelo canal de comunicação sobre proteção de dados com os titulares e a ANPD.

E-mail: contato@mvblaw.com.br, aos cuidados do encarregado.

Endereço: Rua México, 168, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-143.

Telefone: +55 21 3982-6360.

12.2. Compete ao encarregado receber solicitações e comunicações, prestar esclarecimentos, adotar ou encaminhar providências e orientar o Escritório sobre proteção de dados. Em suas ausências ou impedimentos, o canal é atendido por sócio designado como substituto.

XIII. ATUALIZAÇÃO E VIGÊNCIA

13.1. Esta Política é atualizada sempre que alterações legais ou nas atividades do Escritório o exigirem. A versão vigente é disponibilizada no site, com identificação da versão e da data de aprovação. Alterações relevantes são informadas de modo destacado e, quando necessário, comunicadas diretamente aos titulares.

13.2. Mudanças nesta Política não autorizam novas finalidades incompatíveis com as originais. Quando exigido, é solicitado novo consentimento.

13.3. Esta versão entra em vigor na data de sua aprovação pelos sócios, indicada acima, e é publicada no site do Escritório. As versões em português, inglês e espanhol são atualizadas em conjunto e, em caso de divergência, prevalece a versão em português.